

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia. A citação deve ser textual, com indicação de
fonte conforme abaixo.

PENHA, Adolfo Martins. *Adolfo Martins Penha (depoimento,
1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 45 p.

**ADOLFO MARTINS PENHA
(depoimento, 1977)**

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática
entrevistador(es): Maria Clara Mariani; Tjerk Franken
levantamento de dados: Equipe
pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe
sumário: Patrícia Campos de Sousa
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
local: São Paulo - SP - Brasil
data: 26/04/1977
duração: 2h
fitas cassete: 02
páginas: 45

Entrevista realizada no contexto do projeto "História da ciência no Brasil", desenvolvido entre 1975 e 1978 e coordenado por Simon Schwartzman. O projeto resultou em 77 entrevistas com cientistas brasileiros de várias gerações, sobre sua vida profissional, a natureza da atividade científica, o ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo. Informações sobre as entrevistas foram publicadas no catálogo "HISTÓRIA da ciência no Brasil: acervo de depoimentos" / Apresentação de Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: Finep, 1984. A escolha do entrevistado se justificou por sua trajetória profissional. Foi um destacado patologista na área animal, trazendo para a área diversas inovações, além de ter sido colaborador para a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

temas: Adolfo Penha, Artur Neiva, Biologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Cooperação Científica e Tecnológica, Doenças, Ensino Superior, Estados Unidos, Formação Profissional, Física, História da Ciência, Instituições Científicas, Intercâmbio Cultural, Magistério, Matemática, Pesquisa Científica E Tecnológica, Professores Estrangeiros, Saúde Pública, Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, Universidade de São Paulo, Veterinária

Sumário

O ingresso na Faculdade de Medicina Veterinária de Pouso Alegre; o curso de aplicação do Instituto Oswaldo Cruz e a contratação pelo Instituto Biológico de São Paulo; a opção pela bacteriologia; a organização e as finalidades do Instituto Biológico; as pesquisas sobre as doenças infecciosas contraídas por bezerros no estado de São Paulo; a campanha contra a brucelose nos EUA e no Brasil; o combate à peste suína: a introdução da vacina de cristal violeta; o tratamento da tuberculose animal: o teste da tuberculina e a aplicação de isoniasida; ciência pura e ciência aplicada; o Instituto Biológico: a reunião das sextas-feiras, a "reunião das referatas", a biblioteca, a divisão de trabalho, o recrutamento dos primeiros pesquisadores; a pesquisa científica na Faculdade de Medicina da USP; a organização da SBPC: as reuniões anuais, os sócios, os recursos, a revista *Ciência e Cultura*; as publicações do Instituto Biológico; as finalidades e as linhas de pesquisa desse instituto; a Seção de Assistência Veterinária; a criação da Coordenadoria de Ciência Técnica Integrada e suas relações com o Biológico; Artur Neiva e a fundação do Instituto Biológico; Henrique da Rocha Lima e o diagnóstico da febre amarela; a fundação da USP e a contratação de professores estrangeiros; a carreira de Zeferino Vaz; a falta de verbas e as linhas de pesquisa do Instituto Biológico; a direção política do Instituto: Artur Neiva e José Reis; as fontes de financiamento e os salários dos pesquisadores; a experiência do entrevistado no magistério; os estagiários do Biológico; a formação e seleção dos cientistas: o modelo norte-americano; o intercâmbio do Instituto Biológico com o exterior; o auxílio da FAPESP e do CNPq; o projeto de levantamento dos micro-elementos do solo: o grupo da Amazônia; o papel dos institutos governamentais de pesquisa; a atração dos pesquisadores do Biológico pela universidade; a luta contra a transformação desse instituto em empresa; a formação alemã de sua geração e a posterior influência da ciência norte-americana; o interesse pela matemática e pela física; os pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz.

1ª ENTREVISTA – SÃO PAULO, 26 DE ABRIL DE 1977

M.P. – Nasci em 1904, no Rio de Janeiro. Perdi meu pai em 1916 e três anos depois a minha mãe. Fui morar com meu tio em Pouso Alegre, Minas Gerais, onde havia uma escola de Veterinária. Um belo dia, meu tio chega para mim e diz: – “Oh, Adolpho, você vai estudar Veterinária”. – “Pois não, titio.” (Eu estudaria qualquer coisa).

Eu sempre tive muito gosto pelas ciências exatas. Em razão disso, o vir a tornar-me médico veterinário foi, até certo ponto, uma grande surpresa para mim. Fiz o curso que, naquela época, era de três anos, e tudo correu muito bem.

Formado em Pouso Alegre, fui trabalhar no Matadouro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, onde trabalhei cerca de quatro anos. Nesse período, estudei bastante, fazendo o curso de Manguinhos nas horas vagas.

T.F. – Você fez o curso de Manguinhos?

M.P. – Fiz o curso completo, em 1925. Lá, fui conhecendo toda aquela turma importante.

T.F. – Naquela época, o coordenador do curso era o Cardoso Fontes?

M.P. – Não, não era o coordenador do curso, mas trabalhava lá. Ele estava meio brigado com Chagas, na ocasião, e não participava do curso, propriamente. Conheci-o nessa época, quando ele já estudava tuberculose. Gostei muito, principalmente da Microbiologia, e por isso fui fazer o curso de Manguinhos. A base, a essência do curso era Microbiologia para cirurgia médica. Fiz todo o curso. Em Manguinhos fiquei conhecendo o dr. Genésio Pacheco, que foi meu prof. de Bacteriologia.

Quando fundou o Instituto Biológico, a Divisão Animal, em 1928, ele me convidou e eu aceitei. Isso seria o coroamento dos meus desejos, que eram trabalhar num laboratório de pesquisas. Vim fazer pesquisas veterinárias. Tinha a minha bagagem de Anatomia Patológica adquirida no Matadouro de Santa Cruz e, com o pessoal de Manguinhos, Margarino Torres, em especial, que era o anato-patologista de lá.

M.C. – O pessoal de Manguinhos, na sua maioria, era médico. O sr. era uma exceção, como veterinário?

M.P. – É. Depois vieram muitos outros. E vieram, porque nessa ocasião o curso de Manguinhos era aberto a quem estivesse no campo biológico.

Quem me trouxe para o Instituto foi o Genésio Pacheco, que era o chefe da seção de Bacteriologia. O diretor da Divisão era o Rocha Lima, e o diretor do Instituto o dr. Artur Neiva.

O Instituto foi fundado em dezembro de 1927, mas só começou a funcionar mesmo em fins de 1928, começo de 1929, quando os laboratórios ficaram prontos. Nessa época travei relação com diversos colegas meus, muitos dos quais vieram do Rio de Janeiro, Paulo Galvão, por exemplo, que é fisiologista. E começamos a trabalhar. Eu, na parte bacteriológica, ligado a doenças infecciosas dos animais domésticos. Eu era, nessa ocasião, o único veterinário do Biológico. Então, tive que realizar várias viagens ao interior para colher material. Foi assim que me tornei bacteriologista veterinário, embora já tivesse sido despertado o interesse em Manguinhos. De maneira que, meu trabalho no Biológico era uma extensão, um prolongamento desse curso. No Biológico trabalhei 46 anos. Eu gostava muito do Genésio, que ficou no Instituto apenas três ou quatro anos, por ter tido uma desavença com Rocha Lima, voltando para Manguinhos. O Rocha Lima continuou no Biológico. O Artur Neiva entrou na política, na Revolução de 30, voltou para Manguinhos e o Rocha Lima tomou a direção geral do Instituto.

O Biológico se constitui de uma parte animal, à qual eu pertencia, e outra vegetal. Hoje tem cinco ou seis divisões, com cerca de 40 seções. Tudo isso em decorrência dos tempos e do crescimento do Estado. O Biológico foi criado para estudar doenças das plantas e dos animais úteis; o que tem feito até agora.

T.F. – Que tipo de trabalho o sr. começou a fazer, lá?

M.P. – Iniciei estudando uma doença dos “bezerros, chamada naquele tempo, pneumoenterite. Foi o dr. Fernando Costa, que era o Secretário da Agricultura na

administração Júlio Prestes – presidente do Estado nessa ocasião – que criou, o Biológico. Fui encarregado de estudar essas doenças, que fiz, com muito cuidado, percorrendo diversas regiões do Estado: Vale do Paraíba, Ribeirão Preto, Campinas e diversas outras, colhendo material para poder diagnosticar corretamente, pois havia uma confusão muito grande. Verifiquei que, no meio dessa confusão tremenda, existiam duas doenças bem definidas: o paratifo, devido à salmonela-salmonela Dublin, a mais importante nessa região do Brasil; a outra era a pneumonia, provocada por vírus, que foi estudada, posteriormente e, principalmente nos Estados Unidos. A associação dessas duas é que dá a chamada pneumenterite. Além dessas duas, que são doenças distintas, embora se apresentem, frequentemente, associadas, há uma porção de outras. O quadro é, em geral, nas fazendas, muito confuso porque, a tudo isso vem se associar o berne, que provoca uma infecção bacteriana, através do bacilo de piogênese. A infestação primária é provocada pela larva do berne. O caroço no bezerro, – bezerro, com caroço –, o que é muito comum no interior do Estado, é larva arruinada de berne que morreu e, depois, em decorrência, provoca uma infecção por meio de bactérias de piogênese. São três doenças bem distintas, provocando infecções graves nos bezerros: o paratifo, causado pela salmonela Dublin; a pneumonia, que foi estudada pelos americanos, e o berne, causando, posteriormente, a piobacilose ou a infecção pelo polímero bacterico de piogênese. Nos primeiros anos de Instituto, dedicamo-nos, especialmente eu, ao estudo dessas doenças. Os meus colegas estudavam outras, já que, a finalidade do Instituto é estudar as doenças vegetais e animais que tivessem interesse para a lavoura e pecuária. Cada um de nós era encarregado de fazer um certo número de produtos veterinários e estudar certas doenças.

Um nome que lembro aos srs. para ser entrevistado é o Otto Bier.

T.F. – Ele está na Europa, mas volta no início de maio.

M.P. – Ele trabalhou no Biológico muitos anos. Foi professor da Escola Paulista de Medicina. É um homem muito interessante; vocês precisam entrevistá-lo. O Bier, por exemplo, estudava o carbúnculo verdadeiro. Aliás, anteontem, estive aqui um colega que se infectou na mão. Contraiu a pústula maligna, que é uma doença muito rara no homem, nessa região do Brasil. Ele foi fazer a necropsia em umas reses perto de S.

João da Boa Vista e contraiu-a. Deu trabalho para curar. Tomou doses cavalares de penicilina – milhões de unidades –, uma coisa, fantástica. Se não tomasse essa quantidade de penicilina talvez tivesse morrido. Uma infecção muito grave. O Bier, como o Trapp – um colega nosso veterinário, formado em S. Paulo, já falecido estudou essa doença em S. Paulo.

No domínio da Veterinária, um outro assunto que me preocupou muito foi a brucelose. A brucelose, – hoje não se fala muito nela, não sei bem porque; talvez tenham conseguido diminuir a taxa de incidência da moléstia. Mas, em 1937, o prof. Bier foi aos Estados Unidos e trouxe a Brucela 19, com a qual se faz a vacina contra a brucelose. Esse foi um material com que tive oportunidade de trabalhar muito e difundir no Estado inteiro, com a ajuda de um colega, o prof. Mário Dapse, também veterinário. Nós dois fizemos a difusão da vacinação e a indicação, principalmente, da vacinação de adultos. Nos países como o Brasil, onde não há nenhum trabalho de profilaxia contra a brucelose, por exemplo, o ideal seria fazer como se fez no começo da campanha nos Estados Unidos: iniciar vacinando os adultos. Depois de ter tomado um certo vulto então, passa-se à vacinação das bezerras.

Nos Estados Unidos, a campanha contra a brucelose tem muitos anos. Não conseguiu eliminá-la completamente, porém alcançou resultados brilhantes. Inicialmente, os srs. sabem, eles realizaram uma campanha para a erradicação do carrapato-do-boi, que também transmitia febre no Texas – *Boophilus Microplus* – que, inclusive, temos aqui.

Depois veio a tuberculose, começando em 1917, além de outras campanhas. Nós, no Estado de S. Paulo, demos início à campanha contra a brucelose. A vacinação de adultos trouxe um certo choque com os nossos colegas do Ministério, porque eles não queriam que se vacinasse os adultos, baseados no estágio em que já se encontrava a campanha americana, que já tinha passado da fase inicial e já estava na fase final. Nesta, não se recomenda mais a vacinação de adultos e sim a vacinação de bezerras, que é o que eles estão fazendo agora: vacina-se a bezerra, faz-se o diagnóstico da infecção por meio da soro-aglutinação e a eliminação dos resíduos pelos remédios. Atualmente, no Brasil, são as recomendações federais que comandam a campanha nacional. Não se vacina ou, vacina-se o mínimo. Só alguns

fazendeiros fazem questão de vacinar o rebanho. A maioria vacina a bezerra e faz as provas de soro de vacina. Também no trânsito de animais faz-se soro-aglutinação para ver quais os que podem transitar pelas estradas.

O Biológico tem uma fazenda em Campinas – Fazenda Mato Dentro –, onde fizemos as primeiras experiências de vacinação de animais adultos com ótimos resultados. Erradicamos a brucelose do gado da fazenda, vacinando todo o rebanho. Faz-se isso uma vez só e, em seguida, a vacinação das bezerras, à medida que vão nascendo e, se precisar, elimina-se os positivos, porque as vacas negativas já haviam sido vacinadas e estavam protegidas. Foi um trabalho interessante que contribuiu bastante para a difusão da importância da Veterinária, no Brasil. Essa campanha contra a brucelose prossegue atualmente comandada pelos veterinários do Ministério da Agricultura. A pio-bacilose me tomou muito tempo. O Dapse e eu trabalhávamos nisso. Ele era mais moço do que eu. Ele já faleceu, infelizmente; há mais de 10 anos. Era um veterinário muito competente. Foi uma grande perda. Trabalhou cerca de 20 anos no Biológico. Fez concurso para a cadeira de doenças infectuosas na Faculdade de Veterinária, tirou a cadeira, lecionou uns 10 anos, então faleceu, de enfarto.

O terceiro assunto que tenho para falar aos senhores. é sobre a peste suína. A vacina de cristal violeta que foi introduzida por mim aqui em S. Paulo, não é minha. A vacina foi desenvolvida pelo dr. Dorsethy dos Estados Unidos, mas nós a aperfeiçoamos, tornamo-la exequível. Uma coisa que lá não funcionava ou funcionava mal, aqui passou a funcionar bem, porque descobrimos, com a ajuda do Dapse, que trabalhou também comigo nesse assunto e do Roland Curi, outro colega que hoje está na Veterinária, a maneira de aperfeiçoá-la e transformá-la num produto eficiente. Preparava-se com sangue de porco que recebera vírus da doença da peste suína e, no momento adequado, era sangrado a branco e, com o sangue desfibrinado desse porco fabricava-se a vacina. Cada porco dá em geral 1.500 doses e, com isso, consegue-se imunizar extraordinariamente bem os porcos contra a peste suína. No Brasil a única vacina que se utiliza é esta. Atualmente, quem está fazendo, em grande escala, é a Rhodia – laboratório veterinário da Rhodia. O Biológico também faz uma boa, mas é principalmente a Rhodia que a faz. Esse nosso trabalho, continuado por outros colegas, foi um trabalho pioneiro de introdução e de divulgação da vacina e sua aplicação. Mostramos que ela funciona, mesmo nos focos da doença.

Anteriormente, usava-se muito soro e vírus, que é o método chamado simultâneo. Sempre achei que isso não funcionava muito bem. O veterinário estaria exercendo duplo papel: um, de proteger contra a doença, através do soro; outro, de fomentar a doença, através do vírus. Aplicando-se os dois juntos, o porco tem uma infecção benigna, porque o soro protege contra o vírus. O veterinário estaria, então, se encarregando de difundir a doença, e não deve ser esse o caso. O veterinário deve sempre combater e não fomentar uma doença.

Numa ocasião, em S. Carlos, apareceu uma epizootia de peste suína e estávamos sem o soro que havíamos importado da Argentina do Fuertes Sancti Spiriti – nome do laboratório. Depois nós fizemos aqui. Estávamos sem soro e então aplicamos uma partida de cristal violeta, preparada com sangue de porco; cristal violeta por causa da capacidade de atenuar ou matar o vírus sem lhe tirar as propriedades anti-higiênicas. Essa vacina protege bem o animal. Nos testes feitos em laboratório no próprio porco a proteção é de quase 100%. A proteção é formidável. Aplicou-se uma partida que nem tinha sido dosada direito antes, na afobação de procurar salvar os porcos do município de S. Carlos. O único cuidado que se tomou foi de tirar a temperatura do porco antes de aplicar a vacina. Se tinha febre, punha-se de lado; se não, aplicava-se a vacina. Com isso salvou-se mais da metade da criação, que teria certamente perecido, uma vez que, nossos criadores não conheciam a peste suína, naquela ocasião. A doença era muito contagiosa e extremamente mortífera.

Há duas qualidades de peste suína: uma clássica, que é essa, importada, provavelmente, da Europa; e outra, chamada peste suína africana. Contra esta não há vacina, não há soro, não há remédio, não há nada.

T.F. – Até hoje?

M.P. – Até hoje. Numa ocasião foi introduzida na ilha de Cuba, onde tiveram que matar 400 mil porcos. Ela foi introduzida em Portugal e na Espanha. Felizmente e, eu não sei bem porque... Uma ocasião fui a Santa Catarina e os meus colegas do Ministério disseram: – “olha, pelo morro de Itajaí não entra peste suína africana porque não quer”. As medidas que tomávamos eram extremamente precárias. Santa Catarina é

um grande centro de criação de porcos. Atualmente parece ser o centro que fabrica presuntos, a Sadia, por exemplo. É um frigorífico de grande produção. Há um serviço muito bem organizado. Não conheço, mas são essas as informações que tenho. O frigorífico favorece o criador de porcos na vacinação, na compra de alimentos e em tudo que é necessário para que ele possa criar bem os porcos.

Em matéria de peste suína, contamos com certa felicidade no nosso papel de combatê-la, em introduzindo uma vacina que deu ótimos resultados. Até hoje é o que se fabrica no Brasil. Há outras, a bismutificada, por exemplo, que, na minha opinião como de todos... A peste suína não tem perigo nenhum. O vírus está morto; o cristal violeta dá a morte ao vírus. Pode-se aplicar quantidades incríveis de vacina e não acontece nada aos porcos. E com uns UCCs por via subcutânea ou, então, intradérmica, que é a via recomendável; mas a subcutânea é mais simples, aumenta-se um pouquinho a dose, protege-se seguramente o porco contra a peste suína. Uma porca de cria, por exemplo, ou um cachaço; vacina-se anualmente o animal e funciona muito bem.

T.F. – Naquela época como era a relação entre a ciência pura e esse tipo de ciência mais aplicada?

M.P. – A minha ciência foi sempre aplicada, embora eu goste muito de ciências exatas e viva estudando Matemática e Física. O meu trabalho no Biológico foi de ciência aplicada. Atualmente é que estou fazendo mais ciência. Isso aqui, por exemplo, é uma tese de Sônia Vieira, de Campinas, no campo de Bioestatística. Sempre estudei isso desde que me entendo como gente, mas, agora, estou procurando fazer também. Os meus colegas me dão muita coisa para eu fazer e eu ajudo.

Fui aposentado da Veterinária, em 1974, ao completar 70 anos de idade, e agora, estou na Bioestatística, trabalhando com a Maria Elisa Fini, que é a minha chefe na UNICAMP. Ela é chefe do Departamento de Estatística e pertence também ao Instituto de Matemática, cujo diretor é o Ubiratan.

Tenho um outro assunto que, quando comecei a trabalhar, era novidade no Brasil: é o

tratamento da tuberculose. O sr. sabe que, no mundo inteiro, principalmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa – Dinamarca, Suécia, Noruega, Holanda, Alemanha, França, Inglaterra – a tuberculose é erradicada, através da prova de tuberculina, praticada, sistematicamente, como se faz na brucelose: os animais positivos são eliminados. Em 1956, um belo dia aparece um sr. de origem alemã no Biológico dizendo que, o seu rebanho em Santo Amaro, estava doente. Mandamos um veterinário fazer a prova de tuberculina. O primeiro lote positivo foi para o matadouro; dera tuberculose em dois ou três bezerros. Um mês depois, novo teste de tuberculina e novos animais positivos”. O homem pôs as mãos na cabeça: – “Aonde vamos parar se, em cada teste que se faz, surgem novos”? – “É assim mesmo a tuberculose”. Havia uma série de casos em incubação no teste anterior que se tornaram positivos no seguinte. Sugeri: – “Olha, está surgindo um medicamento muito bom contra a tuberculose humana, a isoniasida- hidroasida do ácido nicotínico. Vamos experimentar”.

O laboratório ISA de Dorival Cardoso estava também embalado nessa história. Achava que aquilo deveria controlá-la. Apliquei a isoniasida em veículo oleoso nas vacas, reagentes à tuberculina. O meu diagnóstico era um diagnóstico alérgico. O tratamento foi muito longo; seis meses. Diariamente quatro gramas de isoniasida em meio oleoso. Dava um volume de 20 cc. Coisa bárbara. Até aos domingos eu ia lá, porque as vacas positivas foram levadas para o Biológico. Eu ia, pessoalmente injetar, com um auxiliar meu. No fim desse tempo, um espaço de tempo bem longo, as vacas positivas tinham se tornado negativas. Então, escolhemos duas delas para serem abatidas para ver se tinham lesão interna. Não tinham. Resolvemos devolver ao rebanho as que não estavam em tratamento. O rebanho continuou em observação. Um caso suspeito nas provas subsequentes era tratado da mesma maneira: submetido a uma série de isoniasida oleosa. E a coisa funcionava muito bem. Salvamos assim o primeiro rebanho no Brasil. Depois disso foi aplicado em outros rebanhos. Outros colegas se interessaram pelo assunto e, soube mais tarde que, o dr. Kleberg, na África do Sul, um veterinário alemão, fez um trabalho muito bonito com milhares de cabeça de gado e chegou à conclusão que eu havia chegado: que a isoniasida aplicada em doses adequadas, em tratamento intensivo, cura a tuberculose bovina. Dá-se com o boi a mesma coisa que se dá com o homem. O tratamento tem que ser prolongado, não pode ser de uma semana. A coisa é prolongada mesmo. No mínimo seis meses,

podendo levar até um ano. Se o animal é puro sangue, então faz-se o tratamento; se não, manda-se para o matadouro, que era o que se fazia antes quando se queria erradicar a tuberculose bovina de um rebanho. Fazia-se o teste de tuberculina; os animais positivos eram levados ao matadouro, e é o que se faz até hoje nos Estados Unidos. Por esse método da tuberculina, a tuberculose foi erradicada na Suécia, na Dinamarca, na Noruega, na Holanda, numa grande parte da Alemanha Ocidental e mais recentemente na Inglaterra. Acho que no momento, estão trabalhando na França. Eu me desliguei um pouco, desde que vi o trabalho confirmado por outros. Para que continuar tocando na mesma tecla. Não interessa mais trabalhar nisso. Nesse meio tempo veio a aposentadoria compulsória e fui cair na Bioestatística, na UNICAMP.

M.C. – Como funcionava essa ligação entre a ciência pura, a ciência aplicada e o consumidor desse trabalho, no caso, o fazendeiro?

M.P. – Ciência pura e ciência aplicada é um assunto que vem sendo discutido no Biológico desde que eu lá entrei; portanto, desde 1928. O professor André Dreyfus, homem notável. Infelizmente morreu. Ele discutia muito esse problema de ciência pura. Há uma ciência pura e uma ciência aplicada, ou melhor, não há distinção entre as duas. O que há é uma ciência só com aplicações práticas. Uma definição que já li num dos artigos do Reis dada por Pasteur: “A ciência é uma só. O que há são aplicações da ciência.”

No Instituto Biológico fazemos principalmente ciência aplicada, mas se o indivíduo é bom, como José Reis, por exemplo, que se percebe que gosta daquilo, deixa-se fazer. Fazer pesquisa pura é uma coisa muito cara. O dinheiro vem através das aplicações da ciência. O governo só entende isso: as aplicações das ciências. Num instituto como o Biológico, para se fazer ciência pura tem que se mascarar-la. Através de outras verbas é que conseguimos fazer ciência pura. Isso se tem feito. O Rocha e Silva, o Galvão e outros colegas nossos, que gostavam muito de ciência pura, faziam-na com verbas da ciência aplicada. Nós, os veterinários, fazíamos a ciência aplicada, que é a ciência para a qual o Instituto Biológico foi fundado. Mas isso não menospreza nem a ciência aplicada, nem a ciência pura. Ambas são necessárias, ou melhor, existe e não existe, é a tal história: uma precisa da outra, uma estimula a

outra. Quem gosta de ciência pura faz ciência pura, quem gosta de ciência aplicada faz ciência aplicada. Porém, o cientista que faz ciência aplicada precisa de ciência pura, e o cientista que faz ciência pura é estimulado pela ciência aplicada. O Reis gosta muito de discutir esse assunto.

T.F. – Naquela época como era a relação entre o Instituto Biológico e os grupos ligados à Faculdade de Medicina?

M.P. – Eram muito fortes, muito íntimos. Nós nos dávamos com todos eles: o Instituto Agrônomo, o pessoal de Piracicaba, Faculdade de Medicina de São Paulo, Escola Paulista de Medicina.

T.F. – Como eram essas relações? Tinham reuniões?

M.P. – As reuniões foram criadas pelo Genésio e logo encampadas pelo Rocha Lima. Todas as sextas-feiras tínhamos reuniões.

T.F. – O sr. podia contar como eram essas reuniões?

M.P. – As reuniões eram importantíssimas. Dou uma importância muito grande a elas. O Afrânio do Amaral participava disso frequentemente, o professor Bovero, o professor Clarine, uma série de professores de origem européia. Nesse tempo, o nosso laboratório era na rua Marquês de Itu, 71. As reuniões eram feitas num laboratório de Anatomia Patológica do Rocha Lima, que era diretor de divisão. Convidava-se o pessoal da casa e de fora também, os professores de nomeada de São Paulo: Afrânio do Amaral, Bovero, Loock e uma porção de outros. Frequentavam as nossas reuniões porque sabiam que gostaríamos de ouvir a opinião deles, uma exposição deles e eram convidados pelo Rocha Lima, para fazer palestras de uma hora.

Lembro-me que uma das primeiras palestras foi a do Otto Bier. Falou sobre o PH os 40 ou 50 minutos tradicionais e não acabou o assunto. Estava ainda na metade. Ficou então para sexta-feira seguinte. Nessa sexta-feira também não acabou o assunto. Então, o Bier pediu mais cinco minutos, e passou mais 40 minutos. Nessa ocasião, o Neiva era o diretor e sempre brincava com ele: “os cinco minutos do Bier eram

diferentes”.

É preciso ouvi-lo. É um homem de grande valor, grande cultura. Tem muito conhecimento, grande vivência no Instituto Biológico. Foi professor de Bacteriologia na Escola Paulista de Medicina, diretor do Instituto Butantã – durante pouco tempo – e agora está passeando. Foi aposentado porque tem mais de 70 anos.

T.F. – O sr. nunca teve idéia de ir para fora do Brasil?

M.P. – Numa ocasião fui a um congresso em Lima, aproveitei e estive no Uruguai, na Argentina, no Chile. Mas não tenho muita tendência para isso. Depois disso, nunca mais viajei. Tudo que eu fiz foi baseado em literatura. Servi-me da biblioteca do Instituto, que é muito boa, diga-se de passagem. Acho que todos nós éramos obrigados a usá-la. Tínhamos duas reuniões; eu citei a primeira das conferências e a outra era das referatas, como chamávamos. Líamos um trabalho científico e depois expúnhamos o que o autor havia feito, como havia feito e as conclusões a que chegasse. No começo esses artigos eram marcados pelo Rocha Lima. Ele punha aqui um R, era Rocha Lima; G, era Genésio Pacheco; B, Bier; P, Penna e assim por diante. Dentro disso, podíamos escolher à vontade. A nossa biblioteca era uma das melhores do Brasil, acho que só inferior à de Manguinhos.

T.F. – O Rocha Lima, na direção do Instituto Biológico, tinha, assim, mão muito forte?

M.P. – Eu o acho fabulo, fantástico. Era um homem extraordinário, tinha uma grande personalidade. Ele era amigo da gente. Fazíamos nossas farras, nossas brincadeiras e ele estava sempre junto. Todos os anos ele fazia questão de realizar um banquete muito grande, bonito mesmo. Ele e a família presente. Todos nós íamos.

Depois dessas reuniões das sextas-feiras, saíamos do Biológico na Rua Marquês de Itu e, depois na Vila Mariana, e íamos para a cantina no Brás, onde comíamos pizzas. Havia o Clemente Pereira, zoólogo muito competente, já falecido. Ele era gastrônomo e encarregava-se de fazer as encomendas para 20 ou 30 pessoas. Eu estava sempre nessa turma e gostava muito daquilo. Saíamos da cantina às duas horas da manhã, uma coisa louca. Tudo que é pizzas nós comíamos e, tomando

vinho.

M.C. – Há toda uma discussão em torno de como dirigir uma organização científica, se a coisa é deixar cada um solto ou se é deixar...

M.P. – Não era completamente solto. O Biológico caracterizou-se pelo menos no começo, por isso; cada um de nós, veterinários, médicos da parte animal, tinha a incumbência de preparar certos produtos. A mim cabiam certas vacinas, a outros cabiam outras vacinas e assim sucessivamente. Nós só preparamos dois soros no Instituto. Um contra o tétano e o outro de que não me lembro agora. Mas, há muitos anos deixamos de prepará-los, porque não tem importância veterinária, principalmente, depois do advento dos antibióticos. Hoje, por exemplo, o garrotilho que é uma doença de cavalo provocada por um streptococcus, que incha o gânglio sub-maxilar e aquilo vai para o cérebro, causa um prejuízo terrível, mas a penicilina liquida a doença. É assim em tudo mais.

Em Veterinária a tendência é, ou se erradica a doença, por exemplo, o berne, a tuberculose, o carrapato transmissor da tristeza, a peripneumonia como em certos países adiantados ou... No homem, a varíola foi eliminada, praticamente, no mundo inteiro, através da vacinação sistemática da população. Já se fez no Brasil em 1906, uma revolta – Revolta do Quebra Lampião, no Rio de Janeiro. (Eu tinha dois anos de idade nessa ocasião). O negócio era de cunho político, contra os que queriam fazer a vacinação obrigatória da população. Os indivíduos serviram-se disso como pretexto para combater o governo. A vacinação antivariólica do dr. Oswaldo Cruz.

T.F. – O Rocha Lima cobrava essas tarefas?

M.P. – Cobrava. Ele visitava os laboratórios: “O que o sr. está fazendo? Quais os resultados que colheu?”.

M.C. – O pessoal que entrou para o Instituto Biológico era muito moço?

M.P. – Eu tinha 24 anos. O Bier era mais novo do que eu; o Celso Rodrigues, que já faleceu;

o José Reis era o mais novo.

M.C. – Ele jogou muito nas pessoas, pois eram pessoas que tinham acabado de terminar...

M.P. – Ele costumava dizer que havíamos entrado pela porta estreita da competência e não pela porta larga do concurso, em que o indivíduo basta saber, sem olhar o seu lado moral. No Biológico o indivíduo fazia um estágio, nós todos, inclusive o diretor, travávamos conhecimento com ele. Ficávamos sabendo quem era aquele fulano e se ele era bom, se gostava de pesquisar, gostava de estudar, era inteligente, gostava de fazer as coisas que nós também gostávamos, então merece o Instituto. Foi assim que os primeiros entraram.

T.F. – Como era a proporção entre os que vieram de Manguinhos e os pesquisadores da área de São Paulo?

M.P. – No começo eram quase todos do Rio. Fui um deles. O Bier é outro. O Reis também é do Rio de Janeiro. O Rocha Lima também do Rio, esteve durante um ano em Hamburgo e depois voltou.

M.C. – O Galvão também?

M.P. – O Galvão é do Rio, Petrópolis. O Rocha e Silva, o Genésio Pacheco eram do Rio de Janeiro também.

T.F. – Por que isso?

M.P. – Porque o Genésio era de Manguinhos, o Neiva também. O Rocha Lima havia sido de lá também.

T.F. – Como era a relação entre Manguinhos e a Faculdade de Medicina daqui, que também formava pesquisadores?

M.P. – O Instituto de Manguinhos era um instituto de pesquisa e a Faculdade de Medicina

formava médicos. Depois é que, com o tempo integral e aquela coisa toda, influência da fundação Rockefeller, o pessoal começou a fazer pesquisa, e muito boa aliás, mas quem começou isso no Brasil foi Manguinhos.

T.F. – Mesmo o grupo do Bovero não fazia pesquisa?

M.P. – Fazia, mas eram poucas e num ramo que não interessava muito ao Biológico – Anatomia.

M.C. – E o grupo do Baeta Viana em Belo-Horizonte?

M.P. – Bom, vieram diversos para São Paulo.

M.C. – Vieram mais para o Butantã do que para o Biológico?

M.P. – É. O Baeta Henriques foi um deles.

M.C. – Para o Butantã, não é?

M.P. – O Carlos Diniz é outro. Tem outros também. Eu me dava com o Baeta Viana. Ele foi um dos presidentes da SBFC. Eu gostava muito dele.

T.F. – Vamos conversar um pouco sobre a SBPC. O sr. podia falar um pouco sobre...

M.P. – A SBPC é um colosso. Em 1948, um grupo por problemas no Butantã, o Sawaya, o Reis e o Maurício da Rocha e Silva resolveram fundar uma sociedade nos moldes das sociedades para o progresso da ciência, existentes na Inglaterra, Estados Unidos, França, etc. Fizeram uma reunião na Sociedade de Medicina de São Paulo. Eu fui assistir e logo aderi. Achei a idéia magnífica. E, assim, foi fundada. Isso foi em 1948. Se não me engano, em 1949 foi feita a primeira reunião anual, em Campinas, no Instituto Agrônômico. Nós sempre lhe demos grande importância, aliás, muito merecida, pois é um grande instituto no campo deles. Eu me dou com todo o pessoal de lá.

A SBPC resolveu fazer duas coisas: uma reunião anual (já fez 27 e esse ano vai fazer a 28ª) e publicar Ciência e Cultura. Ciência é Cultura, no começo, saía mambembemente, mas agora está batuta mesmo. Também os números, saíam por mês. Tudo comandado pelo José Reis, que é um sujeito extraordinário para isso. Quando falta uma coisa ele mesmo escreve. Tem uma visibilidade louca. O Reis escreve todos os artigos de divulgação de ciência que são publicados, aos domingos, na Folha de São Paulo. Faz isso há muitos anos. Li quase todos eles, só não li os que não me interessam. O Reis não; interessa-se por tudo. Quando me interessa o assunto, até recorto o artigo e guardo-o para consulta futura. Acho-o um indivíduo formidável.

Foram feitas várias reuniões da SBPC: em Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, em Recife e a última em Brasília. Foi um colosso de reunião. Teve um número extraordinário de trabalhos e participantes. Estive lá. Foi uma reunião belíssima. Fizemos uma reunião em Blumenau e outra em Poços de Caldas, que deveria ter sido feita em Belo Horizonte, mas não foi possível. Nessa ocasião, o Baeta Viana era o presidente, Brasília tinha sido inaugurada e estava um movimento tremendo nos hotéis de Belo Horizonte. Então, o Baeta recomendou que fizéssemos em outro lugar. Escolhemos Poços de Caldas.

(Final da fita 1 – A)

M.P. – No Estado de São Paulo fizemos várias reuniões: na capital, Piracicaba, Campinas e Ribeirão Preto. Fizemos no Rio de Janeiro. Uma das últimas foi no Centro Médico com o Carlos Chagas. Foi o Chaguinhas que organizou isso para nós. Agora temos representantes nesses lugares.

T.F. – Desde o início a SBPC conseguiu ser uma instituição nacional ou inicialmente era mais de São Paulo, dos cientistas de São Paulo?

M.P. – Sempre foi mais de São Paulo. Mas a idéia é ser nacional. Não há nenhuma restrição. Qualquer estado pode ter sócio. Tudo no começo vai devagar, nós sabemos disso.

Agora, está um *boom* danado. Tem mais de 10 mil sócios pagantes. Sou presidente de honra. Puseram o Maurício Rocha e Silva, eu e o Simão Mathias. Todos os outros presidentes de honra já morreram, falta nós três. Está chegando a época. Estou com 73, o Maurício está com 68, o Reis vai fazer 70, se ainda não fez.

M.C. – É um grupo longevo esse dos cientistas.

T.F. – A SBPC esteve sempre em ascensão ou já teve épocas de crise?

M.P. – Não. Tem tido suas crises também, principalmente de dinheiro. Agora, vai muito bem; por isso é que nós prestigiamos a revista. A revista dá prestígio a SBPC no Brasil inteiro e, principalmente, junto ao governo. Quando queremos dinheiro do governo federal, apresentamos a “Ciência é Cultura”. E eles dão. Se não houver ajuda do governo, financiamento, não podemos publicar a revista.

M.C. – Existe um segundo escalão dentro da SBPC para fazer a revista, quer dizer, tem um corpo de redatores ou o José Reis faz praticamente sozinho?

M.P. – Não, agora a coisa está simplificada. O noticiário, ele faz quase todo. Os trabalhos originais, a revista recebe muita coisa de fora.

M.C. – A seleção é feita basicamente por ele ou, tudo que chega é... Como é a mecânica?

M.P. – Não. Diversos trabalhos vêm as minhas mãos. Encaminho a quem acho mais competente do que eu para julgar. Alguns, julgo pessoalmente, outros peço a colaboração de terceiros.

M.C. – Tem um corpo editorial fixo, que seleciona esses trabalhos como nas outras revistas?

M.P. – Tem. Não se sai publicando assim não. Deixamos de registrar alguns trabalhos o que nos deu uma dor de cabeça. O indivíduo não reconhece que o trabalho não pode ser publicado; às vezes não cabe. Poderia ser publicado numa outra revista, mas não na *Ciência e Cultura*. O assunto às vezes não se coaduna com a finalidade da revista,

que não é de ciência pura propriamente dita. A *Ciência e Cultura* tem a parte geral também.

T.F. – No seu caso, o sr. ficou basicamente a publicar na revista, do *Biológico*?

M.P. – Quase todos os meus trabalhos foram publicados nos Arquivos do Instituto Biológico ou no *O Biológico*. Temos duas revistas: *O Biológico*, que nasceu em 1935 e os Arquivos, que foram publicados em 1928 ou 1929, não estou bem certo.

T.F. – Qual é a diferença entre um e outro?

M.P. – Os Arquivos publicam de preferência originais de trabalhos de pesquisa mas, cobrindo isso, publica, como suplemento, monografias. A revista de Manguinhos também. Manguinhos faz a mesma coisa.

O Biológico é uma revista criada, inicialmente, como um órgão de ligação entre os técnicos do Instituto e o fazendeiro. Apresenta trabalhos mais simples de divulgação.

M.C. – Esse trabalho de divulgação do Instituto foi uma coisa pioneira no Brasil, não foi? Os técnicos iam às fazendas visitar, fazer o mercado ou esperavam que...

M.P. – Quando eu vim trabalhar no *Biológico* já existia uma revista da Agricultura, da Secretaria da Agricultura. Publicavam muita coisa, mas tudo baseado em trabalhos europeus ou americanos. Era tudo de fora. O estudo no campo da Fitopatologia e Patologia Animal, praticamente, foi iniciado por nós, no *Biológico*. Tivemos que sair daqui e ver o que existia realmente no país, no estado.

Uma ocasião, o Clemente Pereira, que era zoólogo, saiu de São Paulo e foi ver o que era “mal de cadeiras”, em Mato Grosso e veio com uma idéia completamente diferente da que eu tinha. Nós pensávamos que era o tripanossomo o “mal de cadeiras”, era uma tripanossomíase. Ele disse: não há dúvida, tem tripanossomo, mas não é isso que mata os animais. São as carências, as deficiências, a falta de nutrição.

Agora mesmo está havendo uma cheia tremenda no rio Paraguai, uma das maiores

nesses últimos anos. Vai morrer gado que não é brincadeira. Morre tudo por excesso de água.

T.F. – Isso significa que esse grupo que formava o Biológico no início, ia por conta própria pesquisar as doenças, divulgar, ajudar?

M.P. – Nos íamos por conta própria. Na maioria das vezes, no meu caso, pelo menos, nós íamos a chamado. Apareciam doenças desconhecidas numa determinada região, então nos chamavam.

T.F. – Quem chamava? Era o próprio fazendeiro?

M.P. – O próprio fazendeiro ou as autoridades locais. Chamavam o Biológico. Então ia um de nós colher material, ver o que seria aquilo. Em certos casos, o diagnóstico era feito na própria fazenda. Um caso muito simples diagnosticava-se lá. Outras vezes, na maioria, autopsiava duas ou três reses, colhia-se o material e, trazia-se para o laboratório.

Em 1956, me lembro a data, foi a mesma que eu citei para a tuberculose, apareceu uma doença muito grave. Houve um inverno muito frio; muito chuvoso em São Paulo; as pastagens estavam muito batidas e, começou a morrer gado no Noroeste Sorocabana. Foi uma comissão do Biológico estudar o problema. Percorremos várias fazendas e colhemos material de várias delas. Foram autopsiados diversos animais, mas alguns já estavam mortos quando nós chegamos; morte de pouco. Era deficiência alimentar. Pastos superlotados, inverno inadequado, muito forte, chuva, em cima disso tudo, a falta de alimento. O que se pode esperar de uma rês fraca?

M.C. – Isso significa que, o fato de chamarem, é que o Instituto manteve um grau de credibilidade muito alto?

M.P. – Agora é um pouquinho diferente, depois eu vou explicar.

M.C. – Mas, nesse tempo, o fazendeiro confiava que chamando, iria alguém?

M.P. – Ia mesmo. O *Biológico*, houve uma época, acumulava as duas coisas. Nós tínhamos uma seção que se chamava Assistência Veterinária, que era da Água Branca, quer dizer, o Departamento de Produção Animal. Em 1934, quando foi criada a Universidade Armando Salles de Oliveira, houve uma reforma na Secretaria da Agricultura e a seção de Assistência Veterinária, da Água Branca, da Produção Animal, veio para o *Biológico*. O chefe era dr. Luiz Picolo, veterinário italiano que esteve muitos anos aqui. Depois essa seção ampliou-se; chegamos a ser 60 veterinários. E nessa ocasião, tornou-se uma excrescência no Instituto. Ia desvirtuar completamente a finalidade do *Biológico* que era pesquisar. O *Biológico* estava se transformando... nós, sem querer e sem percebermos, estávamos transformando o *Biológico* num instituto de ciência, embora aplicada, em instituto de aplicação. Em vez de pesquisar, estávamos aplicando o que tinha sido pesquisado antes. Isso não é o *Biológico*. Não fora criado para isso. Fora, para esclarecer as coisas desconhecidas, e não para diagnóstico de uma doença perfeitamente conhecida. Então é criado pelo governo, numa outra reforma, a CCTI – Coordenadoria a Ciência Técnica Integrada, com sede em Campinas. Tem um grande número de veterinários. Acho que isso está certo. São veterinários, só não são idealistas, veterinários que fazem o serviço de campo. Quando há um serviço que eles não podem diagnosticar com os recursos que possuem, ou na própria fazenda ou num pequeno laboratório agregado à sede dessa CCTI, que se chamava judias, das quais há 10 no Estado de S. Paulo, então mandam para o Instituto. Há uma colaboração estreita entre a CCTI e o *Biológico*, como há entre o *Biológico* e o Instituto Agrônômico que, em certas coisas estudamos juntos.

T.F. – Naquela época, principalmente ainda na época do Rocha Lima, havia um grupo que resistisse a essa parte mais aplicada?

M.P. – Sim, havia colegas nossos que não gostavam; faziam, mas faziam de má vontade, não tinham aquele amor, aquela coisa. Sempre gostei muito de aplicação. Gosto de ver as coisas: para que a gente está estudando, para que interessa saber se isso é assim ou assado? É visando alguma aplicação. O meu modo de pensar é esse. Então, quando eu via a possibilidade, por exemplo, as doenças dos bezerros, estudei com amor. Eu ia onde fosse necessário para colher material. Quando cheguei à conclusão de que o *Salmonella Dublin* era muito importante, fizemos uma vacina específica contra ela. Tiramos todas as outras bactérias que constavam da vacina. Hoje, a vacina

contra o paratifo dos bezerros, contra a Salmonela, é uma vacina morta.

T.F. – E esse grupo que resistia, que fim levou? Saíram do Biológico?

M.P. – Vou mencionar os nomes: o Gustavo Mendes de Oliveira Castro, está em Manguinhos. Esse sim é xodó. Veio no começo do Biológico. Era muito amigo dele. Não se deu no nosso grupo e voltou para Manguinhos. O Genésio voltou por outros motivos, não que não gostasse do Biológico: desavença com o nosso diretor, que era Rocha Lima.

M.C. – O Rocha Lima caracterizou-se, realmente, como líder lá dentro. O Artur Neiva também foi embora em função de problemas com ele.

M.P. – É, o Neiva é fundador. Fundou o Biológico. O Fernando Costa, que era o secretário nessa ocasião, encarregou o Neiva, que era o Chefe da Comissão de Estudos e Debelação da Broca do Café. Em 1924 apareceu a broca, e o Neiva fazia parte da Comissão. Era o Neiva, o Costa Lima e mais o Navarro de Andrade e mais um outro. Penso que era o Ortero, me parece. Diagnosticaram o hamberis stefanóderes – a broca propriamente. Isso é o germe do Biológico. Essa comissão, que durou quatro anos, foi transformada no Biológico. O próprio Fernando Costa encarregou o Neiva de fazer isso. Olha, não temos só a broca do café. Temos outras doenças nas plantas e, também, nos animais. O Fernando Costa era fazendeiro de animais e conhecia o problema do chamado curso branco, nome que ele dava à diarréia dos bezerros. Ele sabia a importância que isso tinha. – “Precisa um instituto para estudar essas coisas. Você faz: as duas coisas, Neiva”. O Neiva fez. Mas quando veio a Revolução de 30, do Getúlio, com os tenentes, aquela coisa... Os senhores ainda não eram nascidos, não é?

T.F. – Não. Só de livro...

M.P. – Pois é. O Neiva foi envolvido por aquilo, entrou na política. Foi interventor na Bahia, voltou e esteve um ano no Biológico. Isso na Constitucionalista do Estado de S. Paulo, em 1935. Quando acabou a Revolução voltou para Manguinhos e lá ficou. Pouco depois, teve uma doença misteriosa e morreu. O Rocha Lima foi convidado

para dirigir o Biológico. Foi diretor geral uns 18 ou 20 anos. Eu gostava muito dele. Acho um homem excepcional pelos trabalhos que fez, notáveis. A participação do Rocha Lima na febre amarela é coisa importantíssima. Depois inventaram o viscerótomo: estava o morto no necrotério, introduz-se aquilo, sem que a família veja, tira-se um pedacinho do fígado e leva-se para o laboratório – febre amarela. Quanta gripe era febre amarela. Quando surgiu a febre amarela silvestre, então. Ela é transmitida pelo emagogus – mosquito que vive na copa das árvores. Quando se derruba a árvore, das copas em que estão localizados, aparece o problema da febre amarela silvestre. Primeiro, estava apenas na copa e só transmitia a doença para os macaquinhos. Com a derrubada da mata para abrir estradas passava para o homem. Eu estava no Rio com Rocha Lima. Fomos à Fundação Rockefeller, então o dr. Shouper que era o diretor, disse logo: “nós temos aqui um caso esquisito. Na Ilha Grande, dois presos fugiram. Ficaram uns tempos na mata e foram recapturados; um deles morreu.” – de que Rocha Lima? – “Febre amarela”. Era febre amarela silvestre. Entraram no mato desprotegidos, sujeitos a picadas de tudo que é bicho, inclusive de mosquito. Contraíram a febre amarela silvestre que, depois, se estendeu pelo Brasil inteiro. Surgiu então a vacina Dayler contra a febre amarela. O diagnóstico era feito pelo viscerótomo: introduz e tira um pedacinho do fígado.

T.F. – Quando foi fundada a USP, como o pessoal do Instituto recebeu a iniciativa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras?

M.P. – Achei magnífico. Não sei se os outros pensavam da mesma maneira. Tinha uma admiração tremenda pelo Theodoro Augusto Ramos. Ficou encarregado da parte de ciência e foi à Europa buscar os grandes luminares que lá existiam; os quais eu conheci mais tarde, pessoalmente.

M.C. – E não se pensou em utilizar o pessoal do Biológico para dar aula, por exemplo?

M.P. – Era despir um santo para vestir outro, não?

M.C. – Por que todo mundo trabalhava lá em tempo integral na USP.

M.P. – É. Acho essa idéia de trazer gente de fora muito boa. Tem que se fazer as duas

coisas: trazer gente de fora e mandar gente daqui para lá. Nesse intercâmbio... depois...

T.F. – Isso significa que o pessoal que veio de fora realmente era de primeira grandeza?

M.P. – Bom. A Escola de Física era, com o Wataghin.

T.F. – E na sua área? Na área biológica?

M.P. – Na área biológica, tivemos a sorte de ter o Zeferino, que é médico. Ele ingressou, fez o concurso para a Veterinária, tirou a cadeira de Parasitologia e teve uma grande influência. No começo a influência dele foi meio danosa, foi meio prejudicial.

T.F. – Por quê?

M.P. – Porque botou lá moços muito jovens que não tinham tarimba como professores vitalícios da Escola. Acho que não foi bom. Teria preferido que fosse um indivíduo, mesmo de fora, que viesse da Alemanha ou da França, ou da Itália; um indivíduo tarimbado, que tivesse experiência da vida veterinária para lecionar aqui. Foi o que fez Theodoro Augusto Ramos que, ao se criar a Faculdade de Ciências, foi buscar gente boa na Europa, na Itália, na França, na Alemanha, profissionais de nome, por exemplo, o prof. Wataghin e uma série de outros que vieram para lá. Fantappié, que faleceu depois.

Uma vez, conversando, eu vinha do Rio para S. Paulo de avião com Wataghin, mencionei o nome do Fantappié. – “Comia demais, comia demais”.

T.F. – Em termos de formação de pesquisadores, a Faculdade de Filosofia chegou a produzir pesquisadores de nível, que depois ingressaram no Biológico?

M.P. – Sim, tem cada vez mais. O pessoal formado na Universidade que já estuda no sentido de não ser só professor da escola secundária. Quer ser mais alguma coisa, quer ser pesquisador. O atual diretor da Universidade é um veterinário, Orlando Marques de Paiva. Acho que eles compreendem bem essas coisas todas. A USP está muito

bonita. O Zeferino está fazendo em Campinas um trabalho maravilhoso.

M.C. – O Zeferino chegou a fazer parte da equipe do Biológico algum tempo, não foi? Mas, pouco tempo?

M.P. – Chegou. Ele trabalhou no Biológico no começo de sua vida científica. Era ele e o Clemente, que eram amigos inseparáveis. Clemente faleceu. Ficou só o Zeferino. Eram discípulos do Lauro Travassos Passos, de Manguinhos. O Travassos esteve uns tempos aqui na Faculdade de Medicina de S. Paulo e eles foram seus alunos e assistentes. Começaram a estudar reunidos os germes e enveredaram pela Zoologia. O Clemente ficou no Instituto. O Zeferino passou pelo instituto. Fizeram juntos o concurso da Veterinária na cadeira de Parasitologia. O Zeferino ficou. Durante vários anos deu curso lá. Depois foi para Ribeirão Preto, onde fundou a Escola de Medicina de Ribeirão Preto, que é uma das melhores do Brasil, senão a melhor. Era, no seu tempo. Esteve em Brasília dois anos, parece. Agora está em Campinas, na UNICAMP, que é um colosso. Foi um belo trabalho. No ano que vem ele se aposenta.

T.F. – No Biológico, o tipo de pesquisa que se fazia era uma pesquisa cara, exigia muito equipamento, como era isso?

M.P. – Nos meus domínios não era caro. Era uma bacteriologia clássica. Quem trabalhou com coisa mais sofisticada foi o Otto Bier. Fazia Imunologia e a Bacteriologia moderna – Biobacteriologia, digamos assim. Bioquímica bacteriológica. Mas o Celso Rodrigues, que era o chefe da seção de Bacteriologia, eu na seção de epizootias e alguns outros colegas, fazíamos a Bacteriologia clássica. Quer dizer: isolamento do germe, classificação para ver o que ele fazia na natureza, a doença que provocava. Foi assim que identifiquei o paratifo dos bezerros, a salmonelose dos bezerros.

M.C. – O sr. acha que com a saída do Rocha Lima, quer dizer, ele só deixou a direção quando morreu – houve uma queda dentro do...?

M.P. – Não, ele foi aposentado na compulsória. Frequentou o Biológico até morrer.

M.C. – Mas pouco depois, não é?

M.P. – Pouco depois.

M.C. – Mas enfim, houve uma quebra com a saída dele ou não?

M.P. – O Biológico tem passado por altos e baixos. Depois do Rocha Lima estiveram o Gislau Bitencourt, – precisam ouvi-lo também – ele é agrônomo. O Le Paz, que já faleceu, de meningite, infelizmente. Teve o Paulo Nóbrega, que é o homem das aves. Trabalhou com Reis e, agora o dr. Cruz, que é um agrônomo, relativamente jovem. Teve seus altos e baixos. Mas quem deu estrutura mesmo, ao Biológico, na minha opinião, foi o Rocha Lima.

M.C. – Quando o sr. fala em baixos, quer dizer baixos na própria produção científica, ou...?

M.P. – Pesquisa é uma coisa cara. Agora, por exemplo, estamos passando por uma crise. Não há dinheiro.

T.F. – Mesmo para essa ciência mais simples?

M.P. – Mais simples. Não há dinheiro. O Biológico está numa penúria louca. E não é só o Biológico não; os institutos aí fora estão... Na Faculdade houve uma greve dos estudantes recentemente. O nível do ensino caiu por falta de verbas. Sabe o que é que se passa, a meu ver? Já estou aqui há 46 anos, desde 1928. 47 anos. Vim para cá em 1928. O governo do Estado como o governo da União, eles querem fazer grandes obras para projeção política e essas grandes obras custam fortunas. Então as coisas clássicas... A primeira idéia que tiveram foi de transformar os institutos de pesquisa em empresas. Fui contra isso. Não sei se estava certo ou errado. Depois de passada a onda... acho que perdemos muito, por causa das verbas. Sem dinheiro não se faz ciência. Ciência é artigo de país rico. Você pode estar certo disso. Só fizeram ciências os indivíduos que podiam parar, porque os outros estavam trabalhando para eles, e começar a pensar: – Vou fazer alguma coisa para o mundo. Mas, tem que parar. Se tiver que cavucar a terra para produzir o alimento que vai comer amanhã, ah, ele não faz ciência. Não tem perigo. Foi sempre assim. Em condições especiais.

Fez-se isso no Nilo, na Babilônia ou na Grécia, em Roma, e em todos os países é assim. Os americanos tiveram a felicidade de combinar isso tudo. Tem um país muito rico, muito grande, um povo compreensivo, que suporta aqueles impostos fabulosos que ele paga, sabe cultivar a terra. Nós, agora, é que estamos aprendendo isso tudo. Do Brasil ainda se pode tirar muita coisa, principalmente da Pecuária. Conheço fazendeiros paulistas que foram para o Pará. Estão abrindo grandes fazendas. Acredito que aquilo vai para frente, porque os recursos hoje são outros. No tempo do... Quem quis produzir borracha no Pará foi o Ford. Fez duas tentativas e as duas falharam. Por quê? Porque não tinham as armas necessárias para combater as doenças de plantas que surgiram. A seringueira; plantar um pé aqui e outro a 500 m de distância é uma coisa, mas plantar seringueira em pomar, e veja o que acontece, é outra coisa completamente diferente. Costumo dar comparação: uma galinha é uma coisa; meia dúzia de galinhas ainda vai. Põe seis mil galinhas num galinheiro e vê o que acontece. Começa que, não podem ficar as seis mil juntas. Tem que dividir aquilo. Um aviário é outra coisa, completamente diferente. Tem que haver um empate inicial de capital para formar o aviário, em condições higiênicas adequadas, boa alimentação. Há tratados imensos cuidando da alimentação de aves. É a coisa que melhor se sabe hoje. Talvez se conheça melhor a alimentação de aves do que do homem mesmo. Não dando alimento adequado, a galinha não põe ovo, ou põe ovo mole, ou então não cresce direito. Uma série de coisas importantíssimas.

- M.C. – Essa falta de dinheiro que houve nesses momentos no Biológico foi sempre...
Dependeu de verbas do Estado?
- M.P. – Pertencemos à Secretaria da Agricultura, que é uma das secretarias do Estado de S. Paulo. Mantínhamos as nossas ligações com o Ministério, principalmente da Agricultura, com as outras secretarias e com os outros institutos. Isso depende muito do indivíduo que estiver chefiando a seção. Se for um indivíduo casmurro, fechado, não sai nada dali. Se for um indivíduo aberto, que goste de colaboração dos outros, dê colaboração e seja competente, a coisa é diferente.
- M.C. – Pelos artigos do José Reis ele descreve também uma divisão de trabalho na época do Rocha Lima, do Neiva. Quer dizer, o Neiva trataria da política do Instituto e outro da parte científica?

M.P. – Isso é verdade.

M.C. – Depois surgiu alguém que se ocupasse dessa parte política?

M.P. – O Reis tem a rara felicidade, ou capacidade de reunir essas coisas todas. Foi pesquisador. Montou a seção de aves, muito bem montada. Cuidou da parte política do Instituto Biológico, fez regulamentos para o Instituto. Entende de tudo, basicamente. Eu o acho um indivíduo excepcional. Não compreendo como é que consegue fazer, tanta coisa em tão pouco tempo.

M.C. – Ele foi o administrador do Instituto por trás do diretor? Porque não tinha esse cargo...

M.P. – Foi. O Rocha Lima exigia a presença dele. E todos nós gostávamos muito dele. Eu me dou muito com ele, até hoje. Acho-o um indivíduo de extraordinário valor.

T.F. – Queria saber sobre a influência de fontes externas de financiamento, no Biológico. Primeiro o sr. citou a Rockfeller. Ela teve alguma influência no Biológico?

M.P. – Não, muito pouca, muito pouca.

T.F. – E internamente, órgãos como o BNDE?

M.P. – Estamos ligados a todos, de uns anos para cá. Pelo seguinte: no começo, quando eu entrei no Instituto, ganhar uma bolsa de estudos lá fora... A Fundação Rockfeller só dava ao pessoal de Medicina. Depois é que o pessoal...

T.F. – Por que isso?

M.P. – É política deles. A Rockfeller era assim. Deram até o prédio da Faculdade de Medicina de S. Paulo no Araçá, aquele prédio grande. Foi feito com a metade da verba da Fundação Rockfeller, e financiava também. Criou a idéia do *full-time* – tempo integral. Os outros institutos acompanharam. Fui beneficiado com isso. No começo, quando íamos falar com o Neiva sobre isso, – “vocês são muito jovens,

ganham muito bem e tal”. Para a época ganhávamos realmente bem, relativamente bem.

T.F. – Sem tempo integral?

M.P. – Sem tempo integral. Naquele tempo, tempo integral acrescia 20% do que se ganhava. Foi o primeiro tempo integral que tive. Depois passou a 50%, chegou até 170%. Foi quando, um deputado federal, muito conhecido, de S. Paulo, criou os 170 e vingou. Depois o governo botou em 100%.

T.F. – Nesse tempo, em que não era tempo integral, o sr. tinha outro emprego?

M.P. – Não, nunca tive.. Mesmo sem ser tempo integral... Eu trabalhava com Genésio. Chegávamos 7 e meia, 8 horas, no máximo. Eu morava ao lado do Instituto, – o Instituto era num prédio alugado na Rua Marquês de Itu.

Trabalhamos lá 10 anos, de 1928 a 1938. Em 1938 mudamos para Vila Mariana. O Genésio chegava logo depois ou, às vezes, antes. Saíamos ao meio-dia para almoçar e voltávamos 1, 1 e meia. Morávamos pertinho. E saíamos à noite. Sem ganhar tempo integral, trabalhávamos em regime de tempo integral. Ciência séria tem que ser feita nessa base.

T.F. – E esses órgãos como o BNDE, quando começou a entrar com financiamento?

M.P. – Nós temos muito contato com o CNPq. E cada vez acho que é mais íntimo. Eles complementam os nossos salários.

T.F. – Isso provocou alguma modificação no tipo de trabalho que se fazia?

M.P. – Não. A modificação é no sentido de que, o trabalho exige diversos relatórios. O indivíduo que toma compromisso em fazer um determinado trabalho, com a ajuda do CNPq, tem que fazer, de tempos em tempos, um relatório. Prestar contas do que fez ou deixou de fazer. É a maneira de complementar o ordenado.

M.C. – O sr. nunca teve, então, relação com ensino?

M.P. – Não. Já dei aulas, mas esporadicamente. A única vez que dei seguido foi na Escola Paulista quando, o prof. Lezer, que hoje é secretário de Saúde, afastou-se da Medicina uns tempos. Dei aulas de Estatística, seis meses. Fora disso, dou esporadicamente.

M.C. – No laboratório, o sr. acha que se estabelece uma relação de discípulo com as pessoas que começam a trabalhar, enfim...

M.P. – Temos estagiários que frequentam os nossos laboratórios.

M.C. – No Biológico?

M.P. – No Biológico. A última moça que esteve estagiando comigo foi em Estatística. Lemos o livro do Pimentel. Não havia livro que se pudesse consultar. Achei uma boa idéia e o lemos de cabo a rabo.

M.C. – Era uma coisa rotineira, no Biológico, receber estagiários?

M.P. – Não. Recebíamos, sem ser rotina, quantos estagiários nos procurassem. Basta que se dirija ao diretor do Instituto, dizendo o que quer. O diretor encaminha o pedido à seção, que estabelece o horário, se tem vaga ou não, se vai atrapalhar os trabalhos.

M.C. – Esses estagiários vem, geralmente, da Faculdade de Medicina daqui, da Veterinária, ou...

M.P. – Vem de vários lugares, inclusive de outros estados.

T.F. – O sr. tem sentido diferença entre os alunos que vem da área de Medicina e os da área de Filosofia, Ciências e Letras? Há diferença no tipo de formação?

M.P. – Não. Vou explicar. Uma ocasião, conversando com Domingos Valente, que é da

Faculdade de Ciências da USP, ele me disse: – Olha Penna, você está enganado, (você vê, ele chama de cabeludo). Tem passado por meu laboratório, moços cabeludos formidáveis, que fazem coisas do arco da velha; dão a vida por isso e ficam se divertindo com aqueles aparelhinhos, fazendo experiências. Vai muito do indivíduo. Uma ocasião, o Lauro Travassos, pai, na reunião de B. Horizonte... Houve à noite, uma mesa redonda, digamos assim, em que foi feita a seguinte pergunta: Como é que se escolhem pesquisadores? Cada um deu uma opinião. A única que acho correta foi a do Lauro Travassos: – “Cientista forma-se experimentando. Fulano de tal tome isso. Você vai pesquisar isso”. E entrega na mão dele.

M.C. – É a teoria do Chagas também.

M.P. – Se souber fazer, faz. Se não souber, vai procurar nos livros. Se os livros não resolverem, vai a quem lhe deu o problema. É a minha opinião. Isso se passou no laboratório do Rocha e Silva. Apareceu um estagiário, professor da parte de Energia Atômica, Fausto Lima o nome dele. Químico. Ele nos contou a seguinte história, de quando esteve nos Estados Unidos. Ele havia pensado: estou fraco em Termodinâmica. Preciso fazer um curso nos Estados Unidos. Inscreveu-se, ganhou uma bolsa e fez o curso. O professor não dava aula, só marcava prova. – “Vocês agora vão estudar tal capítulo” – (do livro dele). No dia da aula: – “Agora vamos dar problemas em torno desse assunto”. E resolvia com os alunos os problemas. Fausto Lima disse que, nunca aprendeu tão depressa e tão bem. Não teve uma aula teórica. Caiu o conceito, a idéia, a necessidade de aula teórica. Isso é o que eles fazem lá. É a conclusão que se tira. O professor tem sempre um livro texto. Se o livro não satisfaz, escreve, no fim de um certo tempo, um outro, que publica. Por isso é que eles tem tanto livro publicado. Aquele livro que se segue no curso, o aluno lê. Não adianta o professor vomitar tudo aquilo, de novo. – Leia tal capítulo e vamos discutir o assunto. É a melhor maneira de se aprender alguma coisa. O Carlos Chagas Filho tem essa idéia?

M.C. – Ele insiste muito nessa idéia de formação de cientista. Diz que essa forma de concurso... que é impossível, porque ninguém pode trabalhar num laboratório 24 horas por dia, sem ter um certo grau de empatia, inclusive com seu companheiro. Que tem um período probatório em que o candidato vai ver se gosta do ambiente e,

os pesquisadores mais antigos vão dizer também, se gostam do candidato. Nesse período você vai testar a capacidade científica. É inútil você querer burocratizar isso.

M.P. – Exatamente. O Lauro Travassos respondeu assim, – “o sujeito não escolhe”. O indivíduo é submetido, resolvendo um problema. Há uma série de testes. Tem que resolver várias coisas e, conforme a solução que ele der, demonstra ser apto ou não. Se gosta daquilo ou não. Ciência é uma questão de gosto. As idéias geniais são raras. A gente tem que fazer a rotina, tem que aprender a fazer boa a rotina. Pode ser que eu esteja errado. E, repetindo muitas vezes, consegue no meio daquilo tudo descobrir uma coisa nova.

T.F. – A formação de um cientista do seu feitio seria diferente da de um cientista de cunho mais teórico?

M.P. – Talvez fosse; porque o que fiz no Biológico é muito básico. É ciência aplicada.

T.F. – E aqui no Brasil se forma esses dois tipos, ou isso é mais ou menos...?

M.P. – Tenho a impressão que é uma questão de indivíduo. Ele pode fazer um curso teórico belíssimo e no fim ser um cientista prático. O que ele gosta de fazer: aplicar o que aprendeu. Ao passo que, um outro gosta mais de pesquisar. Quando o resultado não está de acordo com as teorias conhecidas, já li isso em algum lugar, é que o assunto torna-se interessante. Está em desacordo. A lei de Blanc surgiu assim, não é?

T.F. – Como se dava o intercâmbio do Biológico com o estrangeiro?

M.P. – Nunca foi muito intenso. Tivemos um acordo com a FAO que deu uma parte do dinheiro e recebemos gente de fora. O chefe desse acordo era um inglês, mas veio gente de vários lugares, inclusive da Iugoslávia, americanos.

T.F. – Da área de que?

M.P. – De vários lugares. Um deles, que conheci, o dr. Blanck, era muito bom. Faleceu de

câncer no ano passado. Era uma excelente pessoa. Veio pela parte Química uma senhora americana que ajudou a montar um laboratório. Temos uma fazenda em Campinas. Chama-se Mato Dentro. Lá existiam cinco ou seis laboratórios muito interessantes, de desenformulação de inseticidas. Os inseticidas agora estão na moda.

M.C. – Parece que um dos trabalhos importantes do Biológico foi o da...

M.P. – É. Houve muitos trabalhos para ver quais os inseticidas eficientes, nesta ou naquela praga vegetal. Parece que há uma reação atualmente contra isso. No momento houve um vazamento de petróleo no Mar do Norte e eles estão abarbados com esse problema. Começaram a usar detergente, mas a quantidade é tamanha que vai provocar um desequilíbrio ecológico.

T.F. – A FAPESP, o Biológico tem...

M.P. – Tem também. Temos bolsistas auxiliados pela FAPESP. São os dois grandes suportes do Biológico: FAPESP e CNPq. A FAPESP é em S. Paulo, CNPq é federal.

T.F. – Há diferenças, no tratamento, decorrentes do contrato com a FAPESP e CNPq, ou funciona da mesma maneira?

M.P. – Acho que não. Para lhe contar a verdade, eu não recorria a nenhum dos dois, porque isso só veio numa época em que eu não estava muito interessado. Isso é bom para indivíduos novos, principalmente os que ganham relativamente pouco e precisam ter os seus salários melhorados. Tem de recorrer à FAPESP ou ao CNPq. Imaginam um projeto, apresentam, é aceito. Principalmente se tiver cunho prático, tem mais probabilidade de ser aceito. A FAPESP financia dentro de uma certa base. Agora estamos engajados num projeto. Não eu, propriamente. Sou um dos executores do projeto, em S. Paulo. É a seção à qual eu estou ligado; a seção de Bioestatística. O dr. Domingos de Azevedo Oliveira é que está realmente vendo o planejamento. Uma experiência em gado no Pará, na Amazônia. Interessante. Estudar os micro-elementos, os elementos menores, o cobalto, o cobre, essas coisas do solo. Porque é tudo novo. Derrubar a mata, plantar capim e botar gado em cima. É preciso saber o que está faltando ali, não é?

M.C. – E por enquanto é totalmente desconhecida, não é?

(Final Fita 1 – B)

M.P. – É. Em 1954, o dr. Davis da Flórida foi convidado. Ele nos contou que haviam feito nos Estados Unidos, em toda a Flórida, um levantamento completo de elementos menores que entram na composição dos alimentos, como, cobalto, cobre, selênio, arsênio, molibdênio, essas coisas todas, para saber se os havia de menos ou demais. Quando eles recebiam material, conforme a localização, eles já sabiam o que provavelmente aquele material ia dar. Isso precisa ser feito pelo Brasil também. Nós estamos envolvidos nesse trabalho.

M.C. – Existem outros grupos fazendo isso também?

M.P. – Só o grupo da Amazônia.

M.C. – Lá do INPA?

M.P. – Eles recorreram ao Biológico. Fizeram várias reuniões, havendo eu participado de algumas. Nelas foi estabelecido pelo dr. Domingos o delineamento da experiência, de como a experiência deveria ser conduzida. E assim foi feito. Agora eles estão colhendo material e mandando para nós examinarmos, através dos testes estatísticos, para verificarmos se há ou não a significância de determinados elementos. O fósforo, por exemplo, é uma liga de macro-elementos e que falta em certas regiões. O fósforo é muito importante. Eles querem implantar o boi lá, principalmente o nelore. É preciso saber o que falta para botar nos cochos, como suplemento mineral. Nós recebemos, através da FAO, um técnico australiano, dr. Lee, muito interessante e uma sumidade nesse assunto. Esteve três meses aqui conosco e, nos contou que, em certas regiões da Austrália era impossível criar carneiro. Descobriram que era deficiência de cobalto.

T.F. – Cobalto?

M.P. – Utilizaram o cobalto da terra, que era administrado pela boca, em comprimidos de cobalto, que fica no estômago até se extinguir dissolvendo-se aos pouquinhos. Acabou o problema. Era deficiência de cobalto. Uma região onde não se criava carneiro, com essa simples medida resolveram o problema.

T.F. – O Biológico de uma certa maneira foi o Instituto pioneiro?

M.P. – Foi.

T.F. – Dentro dessa linha começaram a surgir outros. Quais seriam?

M.P. – Surgiram uns quatro ou cinco. No Paraná, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas de Curitiba, em que o primeiro diretor foi o Marcos Henriette, faz tudo isso. Esse instituto realiza trabalhos semelhantes ao nosso. No Rio Grande do Sul, o Desidere e o Finamor em Guaíba, perto de Porto Alegre. Em Salvador, Instituto Biológico da Bahia que também realiza trabalhos parecidos com os nossos. Acho que em B. Horizonte há um, ligado ao Ministério da Agricultura. E no Km 47 há o Instituto IBA, como nós chamávamos aqui. Hoje mudou de nome, pois passou para o Ministério. Tem técnicos que estudam doenças, diagnosticam e produzem produtos veterinários. Quando o governo federal resolveu transformar os institutos em empresa... Numa ocasião estive lá, há uns quatro anos mais ou menos. Só havia dois assistentes. Num Instituto, imagine...

T.F. – Isso significa que, na verdade, a vocação da universidade para esse tipo de atividade não é muito pronunciada?

M.P. – Não é direta. É o indivíduo que toma a iniciativa de nos procurar, ou a nós, ou ao Agrônomo ou ao Instituto de Zootecnia que, agora, tem a sede em Nova Odessa. Vai se arranjando, de acordo com os conhecimentos que tiver.

M.C. – Esse estágio não é o tal... Há possibilidade de se fazer uma tese de mestrado ou de doutorado no Instituto?

M.P. – É um simples estágio. A tese de mestrado é outra coisa. Eu tenho a impressão que a tese de mestrado ainda está em evolução. No momento não pode ser feito. Tenho uma tese aqui, mas é da UNICAMP.

M.C. – Isso é uma discussão que está rolando desde o ano passado.

M.P. – E eu acho que não foi resolvido ainda.

T.F. – O sr. acha que esses institutos deveriam...?

M.P. – Nós deveríamos participar do ensino superior.

T.F. – E por que não se participa?

M.P. – Não sei. Eu já expus isso mais de uma vez ao dr. Orlando Marques de Paiva, que é o diretor da USP que os institutos de pesquisa, como o Biológico, o Butantã e o Adolpho Lutz deviam participar do ensino superior. Em certas coisas: especializar cursos de aperfeiçoamento. Como se chamam esses cursos finais?

T.F. – Pós-graduação?

M.P. – Pós-graduação. Acho que deveríamos participar. Seria uma maneira direta de equiparar os nossos vencimentos, pois eles ganham muito mais que nós. No momento há um êxodo de pesquisadores do Biológico. Assim que podem passar para a Universidade. Perdemos o Santa Rosa. Era Veterinário. Hoje está com o professor Lacazo na Medicina Tropical. Estudava a leptospirose, uma doença que tem importância veterinária e em Medicina Humana. Foi para lá. E outros acabam indo, também.

Foi criada a cadeira de pesquisador, que o governo está regulamentando. Criou-se então, uma comissão que está estudando o assunto. Tem quatro ou cinco letras: A, B, C, D, E. É melhor. Outro dia conversando com Domingos, que é o meu chefe na seção de Bioestatística, ele disse que, se derem a ele o E – ele deu toda a documentação para ser pesquisador tipo E – vai ficar com bom ordenado, na ordem de 30 mil.

T.F. – Interessante é que, os institutos que o sr. citou não estão, a não ser o do Km 47, ligados à Universidade.

M.P. – Não. Houve uma luta muito grande entre se devíamos ir para a Universidade ou continuar na Agricultura. O Secretário da Agricultura acha que devemos permanecer aí. Ele finca pé, não quer que saíamos.

T.F. – E a tendência do próprio corpo científico do Instituto seria a integração na...

M.P. – Está dividido, infelizmente.

T.F. – Igual por igual ou majoritariamente?

M.P. – O consenso geral acha que devíamos ter um ordenado melhor, mas continuarmos com a liberdade de pesquisa que temos nos institutos. Estou me referindo ao Biológico.

T.F. – Ao Biológico?

M.P. – Ao Biológico que conheço melhor. Os outros, é por tabela. Nesses institutos pode-se pesquisar o que se quer, desde que esteja de acordo com a diretoria, com as comissões ligadas à diretoria; que não sejam problemas estratosféricos, que tenha viabilidade. Aí, nós estudamos e, fora dessas circunstâncias não sabemos o que poderá acontecer. É um problema delicado. Quiseram transformar os institutos todos, inclusive o Butantã, em empresas. Instituto de pesquisa em empresa. Estava quase pronto. Mas houve um movimento grande dos pesquisadores. E nós andávamos metidos nisso. Eu estava ainda na ativa. Não, instituto é um instituto, não é empresa. Fazer ciência dirigida? – “Pesquisem a importância disso e daquilo”. Não, o pesquisador é que vai dizer o que deve ser feito e submeter o assunto à aprovação da comissão, do diretor geral. Nós estamos agora numa situação intermediária, a meu ver. Por exemplo, esse problema da Amazônia: veio a nós, expôs o problema e nós nos interessamos. Entabulamos um entrosamento. É o que está sendo feito. O Domingos delineou a coisa, que é uma experiência trabalhosa e dispendiosa, envolvendo, inclusive, elementos particulares. Eles fazem a experiência e colhem material de acordo com as nossas instruções e nós examinamos esse material. A parte de estatística é nossa, já mandam os resultados, casos, por exemplo: tem amostra tal

de néon, tem tantas partes por neônio, tem isso. E vemos se aquilo difere significativamente ou não de um termo de comparação padrão. Esse trabalho está comigo. E assim é a história.

T.F. – O sr. disse que não teve nenhuma atividade dentro da Universidade durante sua carreira.

M.P. – Não; a não ser esporadicamente.

T.F. – Isso é comum para os pesquisadores do Biológico?

M.P. – É, do Biológico o único... Nós perdemos o Pestana também, que está na UNICAMP. Hoje é professor lá. O Pestana e o Santa Rosa. Ambos fazem Bacteriologia. O Pestana faz na UNICAMP e o Santa Rosa no Instituto de Medicina Tropical; e o prof. Carlos da Silva Lacazo, hoje é diretor da Faculdade de Medicina de S. Paulo, lilás, quando o Santa Rosa saiu para trabalhar com ele, ele estava na Medicina Tropical. Muito interessante para ele e para a ciência no Brasil e a Medicina em geral. Mas nós perdemos o Santa Rosa e o Pestana. Dois elementos importantes do Instituto. É verdade que, mais cedo ou mais tarde, tem que perder mesmo. Porque nós, ou nos aposentamos, ou ficamos doentes, ou morremos. Ninguém escapa.

M.C. – Mas, aí é diferente.

M.P. – E aí está. Em resumo é isso que eu tenho para dizer mas, se quiserem mais alguma informação que eu possa dar...

T.F. – Só, uma última pergunta. O sr. sentiu muita diferença entre o ambiente do Biológico e o de Campinas, que é tipicamente universitário?

M.P. – É. Em Campinas é ensino principalmente. No Instituto Biológico é um outro ambiente, ligado à pesquisa, à coleta de material a exames de laboratório. É diferente.

T.F. – Esse tipo de trabalho não se faz em Campinas?

M.P. – Não, se for feito é esporadicamente, quando aqui é rotina. O ensino aqui no Biológico é esporádico e lá é rotina. Essa é a diferença que pude vislumbrar entre eles e nós. Eles se queixam, às vezes, de que são sobrecarregados de aulas. E devem estar mesmo. Já nós nos queixamos, às vezes, que somos sobrecarregados de trabalho de rotina. Assim é a vida, não é? É desses contrastes que nasce a beleza da vida. Se fosse tudo igual, que monotonia seria...

T.F. – É. Eu tenho impressão que...

M.P. – Se o sr. quiser mais informação é só marcar outro dia.

T.F. – Perfeito.

M.P. – Eu quero seu nome e o seu também. Nome e endereço.

T.F. – Eu vou lhe dar.

(Interrupção)

T.F. – A influência científica do Biológico, por intermédio do Rocha Lima, era alemã, não é?

M.P. – É. Ele é de formação alemã.

T.F. – Essa influência alemã continuou?

M.P. – Não; porque a ciência alemã depois da guerra caiu muito. Ficou muito prejudicada a partir da Primeira Guerra, antes porém, os pesquisadores alemães dominavam a Medicina experimental no mundo inteiro. O Rocha Lima foi para a Alemanha em 1909 e voltou em 1927 ou 1928, já depois da Primeira Guerra. Os americanos não tinham a importância que hoje possuem; nem os ingleses. Era quase tudo alemão, e eles perderam tudo isso. Estão se recuperando, talvez, agora.

T.F. – E isso significa que, posteriormente, a influência foi desaparecendo?

M. P. – Nós todos tivemos que aprender alemão. Foi uma das exigências do Rocha Lima: – “Vocês precisam aprender, pelo menos, a traduzir o título do trabalho”. E eu continuei estudando. Acho que é muito útil para a gente. Aprendi muita coisa através do alemão, sem falar no inglês que é fundamental.

T.F. – E, posteriormente, qual é a influência mais marcante em termos científicos?

M.P. – Da América do Norte, sem dúvida. É um país muito rico. Há muita gente trabalhando.

T.F. – Isso significou uma mudança no estilo de ciência que se fazia?

M.P. – Talvez. Não sei. Acho que sim. Os nossos trabalhos foram americanizados.

T.F. – Em que consistia a americanização dos trabalhos?

M.P. – Na disposição, na exposição, na maneira de dizer as coisas, tudo. A influência americana; a gente nota isso. Tenho muita influência americana; minha literatura é quase toda americana.

T.F. – E na definição do objeto, também?

M.P. – Eles tem muita importância na Veterinária. Tenho muito livro alemão, mas o que predomina ainda é o americano. Já se passaram tantos anos; 1914, depois vem 1939 com a Segunda Guerra, que terminou em 1945. Tem mais de 30 anos. O tempo passa com uma rapidez incrível. Eu era mocinho. A vida era uma beleza. Eu tinha 24 anos. Já casei, tive filhos. Tenho um de 40 anos; tenho neto, já estou velho, perneteta.

M.C. – Aproveitou, não é?

M.P. – Estou louco para sarar disso. Poder, pelo menos, andar de muleta. Participar das reuniões da SBPC. Poder ver os meus colegas, meus amigos. É um prazer a gente – “Oh, há quanto tempo não nos vemos”. Agora estive em Brasília e encontrei lá o Milton Tiago de Melo, conhece-o? É um veterinário também. Ele estava lá como mesário, em Brasília. Formidável. Batemos um papão, fomos jantar juntos, depois eu o convidei para jantar no meu hotel. Conheci a senhora dele. Ele perdeu a primeira que era brasileira, agora casou-se com uma guatemalteca, parece. Ele e a senhora dele, uma beleza de gente. Tem filhos. Isso é que é viver.

T.F. – Esses pesquisadores vinham muito da Veterinária? Ela produziu pesquisadores?

M.P. – No domínio da Veterinária, no começo, ah, produziu. Nocar era um deles.

Trabalhou com Pasteur. Qual é o outro?

T.F. – Nocar?

M.P. – Calvene Durain. O homem do BCG.

T.F. – Sim, mas eu não digo lá, mas aqui, digamos, o veterinário...?

M.P. – Não, o veterinário é muito recente. As primeiras escolas que se formaram no Brasil desapareceram, ficaram só marcando passo. Depois é que houve esse florescimento eminente; coisa muito recente.

T.F. – Não chegaram, portanto, a formar uma tradição de pesquisa científica?

M.P. – Eu talvez tenha sido, modéstia à parte, um dos primeiros veterinários a fazer o curso em Manguinhos. Acho que fui eu. Desde que eu me entendo como gente eu sonho com ciência. Eu vivo em meio... (Tem o automóvel. É do meu neto). Eu adoro isso. Gosto de ler. Quando entrei no Instituto Biológico eu era o matemático do Instituto.

T.F. – É. Isso é também uma curiosidade. O sr. hoje está trabalhando com Bioestatística que tem mais a ver com Matemática...

M.P. – Pois é. Nunca deixei de estudar isso.

T.F. – De onde vem esse veio...?

M.P. – Vem do indivíduo; pendor. Desde menino, ginasiano, gosto disso, estudo isso.

M.C. – O sr. teve algum professor com quem tivesse...?

M.P. – Tive vários professores. Estudei no Rio, no Ginásio Federal. A sra. conhece o subúrbio da Central?

T.F. – Alguns.

M.C. – Mais ou menos.

M.P. – O Méier, Riachuelo. Havia no Riachuelo um ginásio chamado Federal. Fiz ali o curso ginasial e tive dois ótimos professores, um Agrícola Bertler. Talvez vocês conheçam; deve estar velhinho. Outro, Antônio José Osório, professor de Geometria e eles tiveram, uma grande influência na minha formação científica. Eles sabiam bem e davam uma aula belíssima. Eu prestava uma atenção louca e, desde essa época, gosto e estudo Matemática e Física.

M.C. – Durante o período da...?

M.P. – Em Química eu sou uma nulidade. Isso não se dá com Otto Bier, que sabe bem.

M.C. – E durante o período da Escola Veterinária, o sr. fez o curso investindo, digamos, no curso, ou puramente porque....

M.P. – O meu tio mandou: – “Adolpho, você vai estudar Veterinária”. – “Pois não, titio”.

M.C. – O que é muito engraçado...

T.F. – E nesse caso o curso alimentou essa sua vocação científica, ou...

M.C. – Ou atrapalhou?

M.P. – Não. O curso me deu a base para ter um emprego e ganhar.

T.F. – Sim, mas a carreira científica em si não foi...?

M.P. – Não. Isso foi mais tarde. Eu fui trabalhar no Matadouro de Santa Cruz, onde trabalhei quatro anos. Tive, então, contato com a Bacteriologia Veterinária, que continuei a estudar e com a Anatomia Patológica que eu estudava de

madrugada no Matadouro e, à tarde ia para Manguinhos. Tomava um trezinho que levava duas horas até a Central; almoçava num hotel perto e ia para Manguinhos.

T.F. – E em Manguinhos, quem foi que exerceu mais influência científica sobre o sr.?

M.P. – Vários; mas quem continuou a ter influência foi Genésio Pacheco, bacteriologista.

T.F. – O sr. teve contato com os irmãos Osório de Almeida?

M.P. – Tive, mas pouco. Os dois eram fisiologistas.

T.F. – Teve com Oliveira Castro?

M.P. – Tive.

T.F. – Inclusive aqui.

M.P. – Oliveira Castro foi meu colega aqui, que foi onde o conheci.

T.F. – O Oliveira Castro também era dado às Matemáticas e às Estatísticas. Ele tem até um livro, não é?

M.P. – É. Gustavo Mendes de Oliveira Castro. Ainda é vivo e está em Manguinhos.

T.F. – Ele foi operado há pouco.

M.P. – Tem irmão que é matemático ou físico.

T.F. – Físico e matemático.

M.C. – Foi professor de Chagas.

M.P. – É? Mas, conheci o Gustavo Mendes. Uma cultura geral muito boa. Pessoa formidável. Sentimos muito sua volta para o Rio.

M.C. – Não se adaptou aqui?

M.P. – Não. Vou lhes contar. Peço licença para falar isso. Geralmente, às 5 e meia, 6 horas, nós nos aprontávamos para sair. Já tínhamos trabalhado o dia todo. Íamos jantar. Chegava o Castro, que era assistente do Rocha Lima, na Anatomia Patológica, com um livro debaixo do braço. Eu me lembro dessa. – “Prof. Rocha Lima olha que livro interessante que acabo de comprar”. Era uma gramática grega, não há padrão que resista. O Castro era assim, completamente desligado.

M.C. – Se ele tivesse ido trabalhar com Antônio Amaral talvez tivesse dado certo. Os dois discutindo...

M.P. – O Rocha Lima no começo achava muita graça, pois o Rocha Lima gostava dele e de sua família.

T.F. – Mas, no fim teve que cortar?

M.P. – Teve. Acabaram brigando. Não era possível. Castro percebeu e houve o corte. O Biológico naquela ocasião não oferecia ambiente para ele. Dedicou-se à Entomologia – estudo dos insetos. Aqui no Biológico ele fazia tudo. Mas o cargo era de anátomo-patologista. E eu às voltas com doenças de bezerras.

T.F. – O sr. chegou a conhecer o Carneiro Felipe?

M.P. – Conheci. Foi meu professor. Na última visita que lhe fiz em Manguinhos, onde era chefe do Serviço de Estatística, ele estava tremulo. Fiquei penalizado. Fumava feito um desesperado. Logo depois ele morreu, coitado. Era considerado um “crânio”. Ele deu para nós a parte de Bioquímica. Todos gostavam muito dele em Manguinhos. O Olímpio...

T.F. – Olímpio da Fonseca?

M.P. – Sim. Também foi meu professor, de Ecologia. O Genésio foi que...

M.C. – Há muitas referências a um clima, dessa época, em Manguinhos muito endogâmico, não sei se devo chamar assim, em que as pessoas só se alimentavam de si mesmas. Já sentiu isso?

T.F. – É... um fechamento...

M.P. – Manguinhos deve ter mudado muito.

T.F. – Mas naquela época? Na época em que o sr. estava lá, fazendo curso?

M.P. – Havia um restaurante onde todos almoçávamos, até o prof. Souza Araújo, um leprologista. Ele sentava sozinho numa mesa à parte, os outros formavam grupinhos. Havia uma certa amizade entre os grupos. Eu ficava com os outros, para variar um pouco. Tive contato com professores meus. Conheceu o Gomes de Faria?

T.F. – Não.

M.P. – Adolfo Lutz?

T.F. – Não. Evidentemente não conhecemos, pois ele já não é mais da minha... Morreu há pouco a Berta Lutz, sua filha e que era do Museu Nacional.

M.P. – Eu conheci o filho do Lutz também, já faleceu.

M.C. – Foi anátomo-patologista também?

M.P. – Parece que sim. Ele andou por Manguinhos.

M.C. – Ele era professor da Faculdade de Medicina.

M.P. – Heralton, não é?

M.C. – Não; tem um nome estranho, Gualberto ou coisa assim.

M.P. – O Lutz eu conheci mal. Ele já estava velhinho. Era um homem de grande valor. Por pouco ele perdeu a prioridade da descoberta do bacilo da disenteria bacilar do homem – o bacilo de Shiga –, em S. Paulo no Instituto Adolfo Lutz. Ele viu aquilo tudo, mas na hora de publicar houve qualquer atraso, e o japonês Shiga publicou antes dele. Assim dizem.

T.F. – Há uma história do Kokotrix, que estudou a lepra, de que ele teria descrito antes e que, em uma certa época pensou-se em dar prioridade ao nome Kokotrix, mas acabou prevalecendo a outra nomenclatura, que também é dele. Também é estudo dele, de Kokotrix.

M.P. – É dele?

[FIM DA ENTREVISTA]